

JÓICE NOVELLO

**ANÁLISE COMPARATIVA DOS CONCEITOS DE *GOODWILL*
PRESENTES NA LITERATURA CONTÁBIL**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel
em Ciências Contábeis da
Universidade de Caxias do Sul

Orientadora: Prof. Esp. Sinara Jaroseski

Caxias do Sul

2011

DEDICATÓRIA

A todos que estiveram ao meu lado, me incentivando e que contribuíram para que este trabalho atingisse seus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todas as pessoas que de uma forma ou de outra, colaboraram para que este trabalho fosse realizado. Em especial a minha orientadora a Prof. Sinara Jaroseski, pela sua competência e orientação durante todo o desenvolvimento desta monografia e ao Prof. Paulo Tiago Cardoso Campos, que me conduziu na elaboração do projeto. Agradeço a minha família e ao meu namorado Daniel, pelo amor, compreensão e apoio dedicados, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

PENSAMENTO

A vida é uma peça de teatro que não permite ensaios. Por isso, cante, chore, ria e viva intensamente, antes que a cortina se feche e a peça termine sem aplausos.

Charles Chaplin

RESUMO

Os intangíveis começaram a ter um papel fundamental para o desenvolvimento das sociedades, atualmente a era tecnológica retrata isso nas empresas. Os bens intangíveis são os bens incorpóreos, ou seja, aqueles que não podem ser vistos, nem tocados, e não possuem existência física. Estes em muitos casos possuem um valor maior em relação aos bens tangíveis que são os bens corpóreos, bens que possuem existência física. Dentre vários bens intangíveis que as empresas possuem um deles é o *goodwill*. Este bem por ainda ser pouco abordado, ou por não ter seu conceito e/ou aplicabilidade bem compreendidos, acaba não sendo registrado. Assim, esta pesquisa busca responder a seguinte pergunta: Quais são os conceitos de *goodwill* existentes hoje, suas bases, seus pontos de encontro e desencontro conforme a literatura disponível? Para responder essa questão realizou-se uma pesquisa bibliográfica, a fim de apresentar alguns conceitos fundamentados na contabilidade para melhor compreensão, com posterior análise dos artigos acadêmicos selecionados, publicados em periódicos tais como revistas, jornais, congressos, entre outros, que estejam diretamente relacionados com o tema desta pesquisa. Também foi analisada a forma de mensuração que cada um descrevia, para melhor compreensão do conceito. Julga-se necessário entender o conceito, como encontrar o mesmo, e como saber se o valor encontrado trata-se de *goodwill*. Com base nos questionamentos anteriores, conclui-se que os autores interpretam o *goodwill* direcionado para várias áreas profissionais e isso pode gerar um conflito de conceitos, mesmo quando se refere à Contabilidade. A forma de mensuração, bem como a interpretação do conceito de *goodwill*, não estão descritos nos artigos de maneira objetiva, isto pode gerar informações distorcidas para os usuários da contabilidade, que são os maiores interessados nos resultados obtidos pelas empresas.

Palavras-chave: Intangíveis, *Goodwill*, Mensuração.

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1: Caracterização dos artigos selecionados	31
Quadro 2: Conceitos de <i>Goodwill</i>	35
Quadro 3: Características do <i>Goodwill</i>	40
Quadro 4: Formas de Mensurar o <i>Goodwill</i>	44

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	IMPORTÂNCIA DO ESTUDO	10
1.2	QUESTÃO DE PESQUISA	11
1.3	OBJETIVOS	11
1.3.1	<i>Objetivo geral.....</i>	<i>11</i>
1.3.2	<i>Objetivos específicos.....</i>	<i>11</i>
1.4	METODOLOGIA	12
1.4.1	<i>Classificação da pesquisa</i>	<i>12</i>
1.5	ESTRUTURA DO ESTUDO	13
2	PRINCIPAIS CONCEITOS CONTÁBEIS.....	15
2.1	PRINCIPAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	15
2.2	ATIVO.....	16
2.2.1	<i>Ativo Circulante.....</i>	<i>17</i>
2.2.2	<i>Ativo Não Circulante</i>	<i>17</i>
2.3	PASSIVO.....	18
2.3.1	<i>Passivo Circulante</i>	<i>18</i>
2.3.2	<i>Passivo Não Ciculante.....</i>	<i>19</i>
2.3.3	<i>Patrimônio Líquido.....</i>	<i>19</i>
2.4	RECEITA VERSUS DESPESA	19
2.5	LUCRO VERSUS PREJUÍZO	20
3	INTANGÍVEIS E SUA RELAÇÃO COM O GOODWILL	22
3.1	ATIVO INTANGÍVEL.....	22
3.1.1	<i>Surgimento dos Intangíveis</i>	<i>22</i>
3.1.2	<i>A relação dos Intangíveis com a Contabilidade</i>	<i>23</i>
3.1.3	<i>O reconhecimento dos Ativos Intangíveis.....</i>	<i>25</i>
3.1.4	<i>Operações que se enquadram neste grupo</i>	<i>26</i>
3.2	GOODWILL –CONFORME A VISÃO DE ALGUNS AUTORES.....	27
4	ANÁLISE DE DADOS.....	29

4.1	CARACTERIZAÇÃO	29
4.2	CONCEITOS DE <i>GOODWILL</i>	32
4.3	CARACTERÍSTICAS	36
4.4	FORMAS DE MENSURAR	41
5	CONCLUSÃO	46
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

1 INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos as sociedades foram mudando. Primeiro a força era o que determinava a grandeza de um país, após foi a era da política, dependendo a quem os países viessem a se aliar. Os mais bem vistos recebiam o reconhecimento dos demais. Em terceiro foi a era industrial, os países que mais obtivessem máquinas, mais poder detinham. A partir da metade do século XX, o desenvolvimento tecnológico, ou melhor, a era do conhecimento é o que determina a força de uma nação, os países que detêm o maior conhecimento serão os que determinarão as regras para os demais (COULANGES, 2006).

O conhecimento adquirido, com o passar do tempo começou a ter um valor diferenciado no mercado, por exemplo: os bens materiais após sua comercialização deixam de ser de posse de alguém, para ser de posse de outro alguém. O conhecimento, ou melhor, o que é produzido com base na aplicação das ideias, pode ser comercializado, reutilizado e voltar a ser comercializado novamente criando assim um ciclo. Um dos fatores intangíveis que deviam ser registrados na contabilidade (COULANGES, 2006).

A forma de contabilizar e a mensuração dos intangíveis, não eram até o presente momento, registrados adequadamente. Devido a isso e a outras necessidades, houve uma reformulação nas normas brasileiras de contabilidade, tornando-as mais próximas das normas internacionais. A partir dessas alterações o Ativo foi dividido em Circulante e Não Circulante. No Ativo Não Circulante foi criado um subgrupo chamado de Intangível, dentre as operações realizadas nas empresas que se enquadram neste subgrupo, encontra-se o *goodwill*, que é o tema desta pesquisa.

1.1 IMPORTÂNCIA DO ESTUDO

A escolha deste tema tem o intuito de verificar os conceitos existentes de *goodwill*, relacionados com a contabilidade. Devido ao assunto ser pouco conhecido acaba passando despercebido por muitos, algumas empresas possuem operações que geram o *goodwill*, mas não o registram.

A análise desenvolvida nesta pesquisa pretende verificar os conceitos presentes na literatura contábil e se os mesmos estão relacionados com a falta de contabilização do *goodwill* atualmente. Esta análise será desenvolvida com uma amostra aleatória de artigos acadêmicos, estes sendo nacionais e internacionais a fim de procurar o ponto em comum do conceito.

Com o objetivo de ampliação de conhecimento pessoal e profissional, entende-se que este trabalho é importante para os acadêmicos que estão cursando Bacharelado em Ciências Contábeis, pois existem poucos estudos que tratem do tema abordado, contribuindo assim para a literatura acadêmica, e para os profissionais que já estão atuando para que possam compreender, conhecer e levar ao conhecimento a seus clientes, a respeito do que é o *goodwil*.

1.2 QUESTÃO DE PESQUISA

A questão de pesquisa que o estudo pretende responder é: quais são conceitos de *goodwill* existentes hoje, suas bases, seus pontos de encontro e desencontro, conforme a literatura disponível?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 *Objetivo geral*

Analisar os diferentes conceitos de *goodwill* disponíveis na literatura contábil.

1.3.2 *Objetivos específicos*

- Examinar o referencial teórico sobre a origem do *goodwill* por meio do ativo intangível.
- Verificar quais são os conceitos que existem hoje sobre o tema, ligados à contabilidade.
- Confrontar os conceitos examinados, com a finalidade de produzir conclusões para o problema de pesquisa.

1.4 METODOLOGIA

Segundo Cervo e Bervian (2002), método é uma seqüências de vários caminhos necessários para atingir um determinado fim. Por sua vez, o conceito de método científico abrange um método direcionado para um problema específico de pesquisa.

1.4.1 *Classificação da pesquisa*

1.4.1.1 Quanto a natureza

Será utilizada a Pesquisa Aplicada, a qual visa a resolução de um problema existente. Cervo e Bervian (2002, p. 65) explicam a natureza da pesquisa aplicada como sendo uma análise na qual “o investigador é movido pela necessidade de contribuir para fins práticos mais ou menos imediatos, buscando soluções para problemas concretos”.

1.4.1.2 Quanto a abordagem do problema

A abordagem configura-se como qualitativa e o método de abordagem adotado será dialético, o qual possui o foco em ideias opostas, gerando uma nova idéia.

Para melhor compreensão desta abordagem, Marconi e Lakatos (2007, p.110) expandem o conceito como sendo “o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da força dialética que ocorre na natureza e na sociedade”.

1.4.1.3 Quanto aos objetivos

Nesta pesquisa os objetivos analisados partem de uma abordagem descritiva referentes a assuntos relacionados com o tema pesquisado, buscando evidenciar os pontos de encontro e desencontro sobre os conceitos abordados.

Segundo Marconi e Lakatos (2007), a pesquisa descritiva significa ter base em publicações relacionadas com o objeto pesquisado, por exemplo, em livros,

revistas, artigos, etc., com a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi descrito sobre o tema abordado, permitindo ao pesquisador analisar as pesquisas e obter resultados.

Para Cervo & Bervian (2002, p.66) os estudos descritivos “tratam da descrição das características, propriedade ou relações existentes na comunidade, grupo ou realidade pesquisada”.

1.4.1.4 Quanto aos procedimentos técnicos

O procedimento utilizado nesta pesquisa é bibliográfico, procura analisar as ideias de cada autor em suas publicações, para posterior confrontação dos mesmos, seguindo com conclusões.

Para Cervo & Bervian (2002), a pesquisa bibliográfica busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas de determinado assunto ou problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos.

Segundo Köche (2010), a pesquisa bibliográfica procura solucionar um problema por meio de um conhecimento disponível, a partir de teorias literárias ou obras similares. Nesta pesquisa o investigador irá buscar o conhecimento disponível sobre o assunto, como identificar as teorias, analisar e avaliar sua contribuição, visando compreender ou explicar o problema pesquisado.

1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo são apresentados alguns aspectos teóricos com relação à introdução do que será discutida neste trabalho, com o objetivo de verificar a matéria de pesquisa proposta pode ser analisada.

No segundo capítulo são apresentados alguns conceitos de contabilidade com o objetivo de aprofundar e aprimorar o embasamento bibliográfico.

No terceiro capítulo, é feito um levantamento histórico sobre os intangíveis, seguido de uma abordagem sobre a relação existente entre os intangíveis com a contabilidade. O objetivo desse capítulo é demonstrar que o ativo intangível ganhou um espaço na contabilidade. Para finalizar o capítulo são analisados alguns conceitos de *goodwill* conforme a bibliografia disponível para o estudo.

No quarto e último capítulo é apresentado um estudo aplicando alguns aspectos para analisar os conceitos que cada autor expõe em suas obras sobre o tema, o objetivo principal da pesquisa que é verificar os conceitos presentes na literatura a fim de confrontá-los, para posterior conclusão de qual conceito está diretamente relacionado com a contabilidade, desta forma será finalizada a presente pesquisa.

2 PRINCIPAIS CONCEITOS CONTÁBEIS

Segundo Ludícibus e Marion (2008, p. 43-61) na vida profissional, as decisões devem ser rápidas, objetivas e práticas, independente de profissão; é o mercado de trabalho que irá determinar a velocidade que as informações precisam ser desenvolvidas. Para que isto ocorra, é necessário que exista um conhecimento sobre o assunto, ou seja, que o profissional conheça as suas funções de tal forma que possa desempenhá-las com agilidade. Um meio utilizado para a tomada de decisão são as informações contábeis. A contabilidade é um conjunto ordenado de conhecimento, assim pode-se dizer que a sua principal função “reside em ser instrumento útil para tomada de decisão pelo usuário, tendo em vista a entidade”, neste sentido “o contador é quem produz ou gerencia informações que sejam úteis aos usuários da contabilidade para a tomada de decisão”. Por sua vez, as informações geradas são apresentadas aos usuários em forma de resultados ordenados por meio de demonstrações.

2.1 PRINCIPAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para Braga (2009) as demonstrações contábeis têm por objetivo fornecer informações sobre a situação patrimonial e financeira das empresas, para atenderem as necessidades comuns dos usuários da contabilidade e para apresentar os resultados da atuação da gestão administrativa. As demonstrações contábeis são elaboradas para usuários externos com finalidades distintas, também são utilizadas pelos administradores para prestar contas sobre os aspectos públicos de responsabilidade da empresa, perante os sócios, acionistas, funcionários, governo, credores, comunidade em geral e todas as partes interessadas, com a finalidade de informar aos interessados os resultados da empresa.

A legislação societária, Lei 6.404/76, determina que ao final de cada exercício social, sejam elaboradas demonstrações que deverão apresentar com clareza a situação do patrimônio da empresa e as mutações que ocorreram no exercício. São as principais demonstrações contábeis: balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido,

demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado (BRAGA, 2009).

Para Greco *et al.* (2006), uma das mais importantes demonstrações da contabilidade é o balanço patrimonial, este utilizado para a tomada de decisão nas empresas. Este possui informações importantes com a finalidade de apresentar a posição financeira e patrimonial em um determinado período. As contas do balanço patrimonial serão classificadas segundo os elementos do patrimônio e registradas de acordo com a análise financeira da companhia, determinando assim que o balanço patrimonial é composto de três elementos básicos: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

2.2 ATIVO

Segundo Greco *et al.* (2006 p.74) “o Ativo compreende as aplicações de recursos representadas por valores, direitos e bens”, sendo classificadas de acordo com a sua destinação específica.

Marion e Reis (2003, p.16) expandem o conceito, explicando que os bens classificados no Ativo abrangem a característica de fato não somente de direito, por exemplo, no caso do *leasing* a partir do momento em que a empresa contrata este arrendamento financeiro passa o bem a ser de propriedade da empresa, mesmo que sua utilização seja no futuro, este bem de fato se torna da empresa devido à existência de um contrato. Além disso, ressaltam que a “capacidade de produzir receitas presentes e/ou futuras é uma das características comuns a todos os valores classificados no Ativo.” Desta forma entende-se que a empresa utiliza os seus ativos para manter as operações a fim de gerar receitas que superem o valor dos ativos que já foram utilizados nesta troca.

Os Ativos possuem quatro características essenciais, a primeira característica do Ativo representa um bem ou direito. A segunda característica deste Ativo é que ele seja de propriedade da empresa. A terceira característica consiste no valor de mercado e de mensuração. E por fim a quarta característica deve oferecer aspectos que promovam benefícios futuros à empresa. Para que os usuários possam compreender e analisar estas características o Ativo é dividido em Ativo Circulante e Ativo Não Circulante (COELHO e LINS, 2010).

2.2.1 *Ativo Circulante*

Para Marion e Reis (2003, p.17), no Ativo Circulante as contas são registradas conforme o regime de competência, portanto encontram-se os “valores disponíveis e os realizáveis no exercício seguinte, são valores já representados por moeda ou que serão convertidos em moeda dentro do prazo de doze meses contados a partir da data do balanço”.

O Ativo Circulante compreende as disponibilidades, são as contas de caixa, bancos, aplicações vinculadas ao mercado aberto ou de liquidez imediata. Os direitos de crédito sobre clientes são as contas a receber. Os estoques são as contas de mercadorias, matéria-prima, produtos em elaboração e produtos acabados, e outros bens e direitos que sejam realizáveis no curto prazo, ou seja, até doze meses da data do balanço patrimonial. Serão classificadas no Ativo Circulante, as aplicações de recursos em despesas pagas ou assumidas e não incorridas ou custo do exercício seguinte (BRAGA, 2009).

2.2.2 *Ativo Não Circulante*

O Ativo Não Circulante abrange as aplicações em ativos de longo prazo, investimentos, imobilizados e intangíveis. O Ativo realizável a longo prazo compreende direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, ou superiores aos estabelecidos para o ativo circulante. No subgrupo dos Investimentos, classificam-se as participações societárias em empresas coligadas e/ou controladas. No subgrupo Imobilizado são classificados os bens que transfiram a empresa benefícios destinados a manutenção das atividades da empresa, e no subgrupo dos Intangível encontram-se bens incorpóreos, ou seja, são bens que podem ser identificados, possuem valor de mercado e não possuem existência física. (BRAGA, 2009)

E por fim classifica-se neste grupo a depreciação, amortização e exaustão que tem por objeto recuperar os custos dos respectivos investimentos. A depreciação se aplica aos bens que compõem o Imobilizado e que possuem um desgaste devido ao uso normal ou excessivo, dependendo da necessidade da empresa. A amortização é aplicável ao intangível quando ocorre perda do valor do

capital aplicado na aquisição e a exaustão quando houver perda de valor decorrente de sua exploração de direitos cujo objetivo seja recursos minerais ou florestais (IUDÍCIBUS e MARION, 2008).

2.3 PASSIVO

O Passivo por sua vez, são as fontes de recursos das quais a empresa utiliza para custear os valores aplicados no ativo, dividido em recursos de terceiros e próprios (MARION e REIS, 2003).

Para Greco *et al.* (2006, p.74) o Passivo “compreende as origens de recursos representados por obrigações. As contas que compõe o Passivo são dispostas em ordem crescente dos prazos de exigibilidade”.

Para Coelho e Lins (2010), o Passivo compreende as exigibilidades, as quais são obrigações de uma entidade. A empresa deve reconhecer no presente a quem, quanto e quando deve pagar. O Passivo possui algumas características para que possa ser identificado. A primeira característica diz que as obrigações devem existir no momento atual, enquanto não existir o pagamento das mesmas, deverá constar no patrimônio da empresa. A segunda característica remete à previsão de uma data para quitação das obrigações ou data estimável para o reembolso. E a terceira diz que as obrigações devem trazer um benefício para a empresa. Para que isto possa ser identificado o Passivo foi dividido em Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido (COELHO e LINS, 2010).

2.3.1 *Passivo Circulante*

No Passivo Circulante encontram-se as obrigações assumidas pela empresa à curto prazo sendo elas: obrigações com fornecedores, salários, encargo sociais, impostos e financiamentos obtidos que não ultrapassem os doze meses até a data do Balanço Patrimonial (BRAGA, 2009).

E para Marion e Reis (2003), no Passivo Circulante estão as fontes registradas que se renovam automaticamente, são constituídas pelas dívidas, obrigações, que devem ser resgatadas no exercício subsequente ao encerramento do Balanço Patrimonial.

2.3.2 *Passivo Não Circulante*

No Passivo Não Circulante encontram-se as demais obrigações que ultrapassam a data base do balanço patrimonial, ou seja, o exercício seguinte, sendo consideradas obrigações de longo prazo (BRAGA, 2009).

Segundo Marion e Reis (2003), no Passivo Não Circulante agrupam-se as fontes de recursos como empréstimos, dívidas, resultados não realizados e outras obrigações com vencimento superior a doze meses a partir da data do balanço patrimonial, as quais são consideradas de longo prazo. Os empréstimos e/ou dívidas, são as parcelas que não terão renovação automática por possuírem vencimento superior a doze meses. Por sua vez, os resultados não realizados são os que aumentam o ativo e diminuem o Passivo, por exemplo: lucros decorrentes de operações entre empresas do mesmo grupo, ganhos não realizados decorrentes de doações e/ou subvenções e outros lucros que somente integrarão o resultado quando estiverem realizados contabilmente menos os encargos tributários.

2.3.3 *Patrimônio Líquido*

O Patrimônio Líquido corresponde aos capitais próprios da empresa. Neste grupo são registrados os recursos que provem de sócios e acionistas, bem como as variações que ocorrem na gestão econômico-financeira da empresa. Sendo dividido em subgrupos com as seguintes contas: capital realizado (valor que os sócios ou acionistas aplicaram inicialmente na empresa), reserva de capital (ganhos obtidos pela empresa não decorrente de operações normais), ajustes de avaliação patrimonial (são aumentos ou diminuições dos valores dos elementos dos ativos) e reserva de lucros (lucros gerados pela empresa em cada exercício social) (BRAGA, 2009).

2.4 RECEITA VERSUS DESPESA

As receitas são as entradas, aumentos dos Ativos ou liquidação de seus Passivos, decorrentes da entrega ou produção de bens, prestação de serviços ou outras atividades correspondentes as operações normais ou principais da entidade (COELHO e LINS, 2010).

Para Marion e Reis (2003), a receita é o resultado direto das vendas, no caso da receita operacional, no caso de receitas não operacionais é o resultado indireto, o qual corresponde ao valor bruto do faturamento das receitas e/ou serviços que a empresa efetuou no período.

Segundo Braga (2009), as receitas são provenientes da exploração da atividade operacional da empresa. Greco *et al.* (2006), define as receitas como entrada ou ingresso de dinheiro como resultado das operações e atividades da empresa, ou seja, as vendas.

As despesas, por sua vez, são o sacrifício de ativos realizados em troca de obtenção de receitas, cujo montante supere as despesas (IUDÍCIBUS e MARION, 2008). Para Greco *et al.* (2006), as despesas são os gastos incorridos em determinado período, para que as transações da empresa possam ocorrer bem como o custo de produção da mesma, porém distintos.

Segundo Coelho e Lins (2010), as despesas são saídas de ativos e/ou passivos para a entrega ou produção de bens, prestação de serviços ou a execução de outras atividades que representam as operações principais em andamento da entidade. A despesa normalmente representa um desembolso e não pode ser confundida com custo de produção.

De acordo com Braga (2009), os custos de produção são custos incorridos para a produção dos bens e/ou serviços vendidos, ou custo das mercadorias vendidas. As despesas contribuirão para a realização das operações durante o período, por isso, não podem ser confundidas, já que são distintas e possuem características próprias.

2.5 LUCRO VERSUS PREJUÍZO

Para Iudícibus e Marion (2008) a melhor definição de lucro é o que se pode consumir durante uma semana (ou um mês, ou ano, etc.) sentindo-se bem ao final, como de início. Partindo desta idéia, ou melhor, dizendo o que é lucro para as pessoas físicas, pode-se associar o conceito a uma pessoa jurídica, de que uma empresa ao final do exercício social consegue obter uma receita que supere as despesas, obtendo assim um lucro neste exercício.

O resultado ao final do exercício social de uma empresa pode resultar em lucro ou prejuízo, o lucro ocorre quando há ganho efetivo, desta forma consegue manter ou aumentar o patrimônio da empresa e distribuir dividendos aos sócios ou acionistas. Em contrapartida o prejuízo representa que as receitas geradas no período foram insuficientes para cobrir os custos e despesas do período, diminuindo o valor do patrimônio líquido da empresa (BRAGA, 2009).

Nas demonstrações contábeis os usuários podem analisar o resultado que uma empresa obteve em determinado período, bem como, a classificação das contas de Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, receita e despesa como meios utilizados para um melhor entendimento.

A pesquisa objetiva a melhor compreensão do assunto. É necessário conhecer a estrutura base das demonstrações contábeis, para posterior compreensão da origem do *goodwill*, sua ligação com o subgrupo do Ativo chamando Intangível, este será analisado no capítulo a seguir.

3 INTANGÍVEIS E SUA RELAÇÃO COM O *GOODWILL*

A contabilidade é uma ciência social, por isso sofre impacto nas mudanças de comportamento e atitude das pessoas. A partir do momento em que as pessoas mudam as empresas também agem de uma forma diferente, buscando estratégias para alcançarem os novos anseios da sociedade. A tecnologia provocou muitas mudanças. Há tempos atrás as empresas eram consideradas grandes pelo tamanho dos seus pavilhões, hoje as empresas são virtuais e em muitos casos tornam-se maiores do que as empresas com vários pavilhões. Existe um caráter de intangibilidade nas novas empresas por comercializarem o que nem sempre se consegue ver ou tocar (COELHO e LINS, 2010).

3.1 ATIVO INTANGÍVEL

Para Schmidt *et al.* (2005), o termo intangível vem do latim *tangere*, que significa *tocar*. Assim os Ativos Intangíveis são aqueles que não podem ser tocados, por não possuírem corpo físico. A partir do significado do termo intangível, obteve-se a definição do mesmo como sendo o ativo de capital, que possui recursos econômicos, que não tem existência física, e possui um valor limitado pelos direitos e benefícios que confere à empresa.

3.1.1 Surgimento dos Intangíveis

De acordo com Freeman e Soete (2008), é inegável a presença da ciência e da tecnologia na vida moderna. Há os que as louvam e há os que as condenam. As inovações dependem de produção científica e tecnológica, são também importantes para o progresso econômico e a qualidade de vida. Os economistas as consideram fatores externos aos modelos econômicos, mas provavelmente após 1960, passou a haver mais interesse por parte de economistas de incluir inovações e mudanças técnicas— fortemente ligadas à ciência e à tecnologia - como fatores internos. Esta teoria de crescimento apresenta tendência de considerar educação, pesquisa e desenvolvimento (P&D) como fatores básicos do processo de crescimento econômico, relegando investimentos de capital ao papel de fator intermediário.

De acordo com o que foi escrito acima, Nelson e Winter (2005) relatam que o conhecimento pode ser definido como uma maneira de fazer algo, da melhor forma possível, com agilidade e que obtenha resultados positivos, ou então, definido como conhecimento tecnológico, que foi transformado ao longo do tempo como um resultado do progresso tecnológico. Este conhecimento é visto como uma causa e consequência da atividade de pesquisa e desenvolvimento (P&D), que é tratada como “produto” fixo, durável e indivisível. O conhecimento, portanto é um intangível importante para o desenvolvimento do processo produtivo e crescimento de uma empresa como um todo.

Panizzi (2006), afirma que o desenvolvimento tecnológico foi um dos fatores intangíveis que tiveram base na aplicação das ideias, ou melhor, o conhecimento adquirido, com o passar do tempo começou a ter um valor diferenciado. Nesse diferencial se apresenta, por exemplo, os bens materiais que após sua comercialização deixam de ser de posse de alguém para ser de posse de outrem. Entretanto as ideias após serem comercializadas, podem ser reutilizadas com a finalidade de serem recomercializadas, gerando um sistema.

Os autores acima destacam que o conhecimento trouxe consigo várias mudanças econômicas, dentre estas pode-se citar na contabilidade, até meados da década de 80 a preocupação das empresas era em como avaliar o ativo tangível, que são os bens materiais, atualmente os mesmos começaram a ter uma menor significância perante os intangíveis.

3.1.2 A relação dos Intangíveis com a Contabilidade

Todos os dias empresas são compradas e vendidas, por valores superiores ao que está registrado no patrimônio das mesmas, ações são negociadas na Bolsa de Valores com valores superiores ao que está registrado nas demonstrações contábeis, estas empresas, mesmo muitas em dado momento tenham tido prejuízos, são valorizadas por milhões, bem acima do que valem fisicamente. Uma das negociações que exemplifica o exposto foi a aquisição da Kibon pela Unilever em outubro de 1997, US\$ 930 milhões de dólares, e esta negociação foi à vista. O patrimônio da Kibon estava contabilizado por menos de trinta por cento do valor

negociado, o restante referiu-se ao preço da marca, a imagem da empresa, posição comercial, entre outros fatores (IUDÍCIBUS e MARION, 2008).

Partindo de situações como a exposta acima Iudícibus *et al.* (2010), relata que aconteceram diversos movimentos para a alteração da legislação brasileira que trata sobre Contabilidade: a Lei 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09; traz uma estrutura de Balanço Patrimonial, dividindo o Ativo em Circulante e Não Circulante. Entre as alterações que foram feitas, foi criado um grupo chamado “Intangível”, pertencendo ao Ativo Não Circulante. O art. 179 da Lei nº 6.404/76, inciso VI, classifica como Intangível os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade.

Para Iudícibus e Marion (2008), existe uma diferença bem clara em o que é Ativo Tangível e Intangível. O ativo tangível são os bens corpóreos com existência física pode-se citar como exemplo: veículos, terrenos, estoques, prédios, móveis, máquinas, etc. O Ativo Intangível por sua vez, é composto de bens incorpóreos, que não podem ser vistos nem tocados. Estes passaram a ter grande relevância a partir de fusões e incorporações em que os bens registrados no patrimônio representavam um valor menor na negociação do que o valor da marca, imagem, posição comercial, entre outros.

Segundo Coelho e Lins (2010), os Ativos Intangíveis tornam-se importante no cenário atual, por serem bens ou direitos, invisíveis, incorpóreos e possuem resultados de capacidade intelectual na sua construção ou na sua utilização, esses ativos terão um retorno patrimonial, econômico e/ou financeiro para a empresa, em alguns casos pode ser fruto de outros Ativos Intangíveis, tornando assim relevantes e significativos para as empresas, auxiliando na tomada de decisão.

Para Iudícibus *et al.* (2010), os intangíveis são ativos como quaisquer outros, agregados de benefícios econômicos futuros sobre os quais uma entidade detém o controle de sua exploração. O Comitê dos Pronunciamentos Contábeis define ativo intangível como um ativo não monetário identificável sem substância física. Os bens intangíveis devem ser reconhecidos e mensurados para que sejam contabilizados corretamente.

3.1.3 O reconhecimento dos Ativos Intangíveis

Um Ativo Intangível para que seja mensurado, primeiramente deve ser reconhecido, ou seja, identificável. O Pronunciamento Técnico CPC 04, item 12, entende que para um ativo intangível ser identificável, deve atender a duas situações, a primeira consiste nos benefícios econômicos futuros que este ativo irá gerar para a entidade e a segunda situação é quanto à mensuração do seu custo com segurança. O pronunciamento salienta no item vinte e um que o Ativo só pode ser reconhecido se atender as duas situações. Portanto os Ativos Intangíveis normalmente são criados pela própria empresa, sendo fruto do trabalho e esforço coletivo, em algumas situações estes sejam adquiridos de terceiros (COELHO e LINS, 2010).

Para Ludícubus *et al.* (2010), a mensuração do Ativo Intangível pode ser pela vida útil definida ou não definida. Possuem duas formas, a primeira se a vida útil do bem for conhecida será utilizada a abordagem de amortização. Deve iniciar a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e deve terminar quando o ativo for baixado ou classificado para ser vendido. A despesa de amortização deve ser reconhecida em cada período no resultado, ou seja, a entidade deve assumir o valor residual destes ativos a zero, exceto quanto comprar e/vender o ativo ao final de sua vida útil. A segunda forma de mensurar um ativo intangível quando não conhecida a vida útil do bem, ou sua delimitação é impossível de obter por meios confiáveis utiliza-se a abordagem dos testes de recuperação, chamado de *impairment*, não sendo este bem amortizado.

Segundo Coelho e Lins (2010), o *impairment* não possui expressão que possa traduzi-lo, no pronunciamento técnico CPC 01, traduzisse-o como valor recuperável de ativos, sendo o valor maior entre o valor líquido de venda de um Ativo e de seu valor em uso, no qual a intenção do teste é de não permitir que os ativos sejam contabilizados com seu valor desatualizado perante o mercado. O teste poderá ser necessário em bens Tangível ou Intangível, sendo a preocupação maior com os intangíveis devido a subjetividade e difícil mensuração. Como pode-se ver na Figura 1 a seguir:

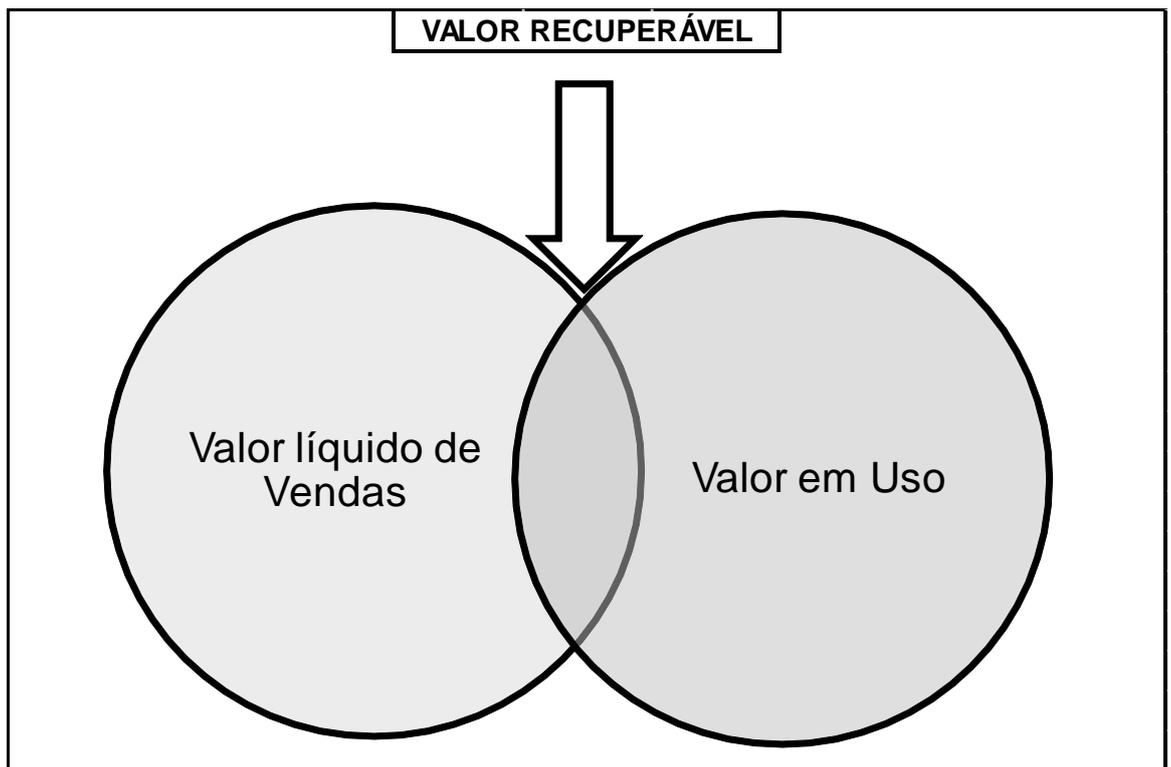


Figura 1: Impairment

Fonte: Coelho e Lins (2010, p.80)

3.1.4 Operações que se enquadram neste grupo

Para Ludícubus *et al.* (2010), as marcas e patentes possuem um valor menor comparado aos demais Ativos que compõem o grupo por possuir gastos com registro, nome, invenções próprias, desembolsos com terceiros em contratos para uso de marcas, patentes e processos de fabricação. Os direitos sobre recursos naturais estão relacionados com os custos incorridos na obtenção do direito de exploração em jazidas de minério, pedras preciosas e similares. As pesquisas e desenvolvimento devem ser reconhecidos como Ativo Intangível enquanto estiverem sendo pesquisadas ou em fase de desenvolvimento tais como os gastos envolvidos neste processo.

Portanto os elementos mais comuns do grupo do Ativo Intangível são: gastos de implantação, gastos pré-operacionais, marcas e nomes de produtos, pesquisas e desenvolvimento, *goodwill*, direitos de autoria, patentes, franquias, desenvolvimento de software, licenças, matrizes de gravações e alguns investimentos de longo prazo (COELHO e LINS, 2010).

3.2 GOODWILL – CONFORME A VISÃO DE ALGUNS AUTORES

Segundo Ludíbidus *et al.* (2010), a tradução do termo *goodwill* para a língua portuguesa representa o Fundo de Comércio e na maioria dos casos é utilizado o termo original. Para a contabilidade o termo *goodwill* representa a diferença entre o valor da empresa e o seu patrimônio líquido avaliado ao valor de mercado, ou seja, o valor registrado na contabilidade da empresa *versus* o valor que a empresa representa no mercado. A má interpretação deste conceito pode gerar informações indevidas para a contabilidade, podendo distorcer as demonstrações contábeis.

Para Schmidt *et al.* (2005, p. 77), o conceito está dividido em quatro definições. A primeira diz que considera *goodwill* como “um sentimento agradável: benevolência, amigável”. A segunda diz que é “um benefício ou vantagem na maneira como se comporta um negócio adquirido, além do valor que ele seria vendido”, fazendo com que o negócio torne-se duradouro. A terceira definição diz que *goodwill* é “o valor capitalizado do excesso de lucros futuros estimados de um negócio acima da taxa mínima de retorno desejada na aplicação de um capital em atividade relacionada”. E a quarta definição como sendo “o excesso do preço do negócio acima ou abaixo do valor avaliado de seus ativos líquidos”. Essas comparações feitas pelo autor retratam o *goodwill* não somente contábil, e sim de forma econômica e administrativa.

Hoog (2007) expande o conceito de *goodwill* de uma forma internacional, por meio de analogias. A CVM (Comissão dos Valores Mobiliários) denomina o *goodwill* como sendo o excedente de lucro por expectativa de rentabilidade futura, ou seja, o lucro superior ao valor avaliado em ganho futuro é a diferença entre o valor pago e o valor de mercado. Pelas normas norte-americanas e internacionais o *goodwill* é fundamentado unicamente na expectativa de um excedente de lucro. As Normas Brasileiras de Contabilidade conceitua de *goodwill* é fundamentado em três formas: a primeira é a diferença entre o valor de mercado dos ativos e passivos da empresa investida e o seu valor contábil, a segunda como sendo a expectativa de um excedente de lucro futuro e direitos de explorar a atividade, e a terceira forma como sendo a concessão ou permissão delegada pelo poder público.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, ou seja, nas demonstrações de uma empresa do mesmo grupo, pertencentes em alguns casos aos mesmos

proprietários, o ágio com a expectativa de lucros futuros é evidenciada no grupo de investimentos, enquanto o ágio fundamentado em diferença de valor de mercado deve ser ajustado nos ativos e passivos que lhe deram origem, sendo assim nem sempre o ágio representa um *goodwill* (HOOG, 2007).

Além da contextualização que os autores acima abordam Ludíbidus *et al.* (2010) enfatizam a negociação de empresas que possuem participações em outras empresas, e esta maneira de aglomeração resulta na diferença do valor patrimonial da mesma, a qual é denominada de mais valia, por exemplo, o registro do investimento é menor do que o valor real dos ativos líquidos, ou de ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

Segundo Ludícibus *et al.* (2010), uma empresa que não gera lucros, acaba não interessando aos investidores. A CVM (Comissão dos Valores Mobiliários) determina que o ganho superior ao valor contábil deva ser registrado. Desta forma a partir do ano de 2010, com as mudanças introduzidas nas normas contábeis pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) torna-se obrigatória esta contabilização, feita a avaliação devem ser contabilizados os lançamentos na conta de investimentos.

De acordo com o exemplo citado neste capítulo, verifica-se que existem divergências entre o que é expresso pelos autores em relação ao valor contábil de um Intangível, como por exemplo, a marca e/ou patentes perante o mercado. De certa forma cada autor cita por meio de suas ideias esta diferença e a relação dos Intangíveis com o *goodwill*. Neste sentido constata-se que os conceitos do termo *goodwill* devem ser analisados, para ser efetuado um resultado adequado em relação às mudanças que ocorrem constantemente no setor econômico atual e a influência na contabilidade.

4 ANÁLISE DE DADOS

A análise do termo *goodwill* para a contabilidade continua sendo um impasse, os autores do capítulo anterior expressam a interpretação do conceito conforme a visão de cada um, não tendo um consenso entre eles.

Para se chegar a um conceito adequado será selecionada uma amostra de dez artigos, sendo eles sete nacionais e três internacionais. Os artigos foram selecionados por meio de amostra aleatória, devido o assunto de a pesquisa ser pouco utilizado, verificou-se uma escassez de artigos publicados, tornando a amostra menor para a análise. Os artigos internacionais são focados em dois Ativos Intangíveis sendo eles o *goodwill* adquirido e a marca, tornando assim a amostra menor por retratarem praticamente o mesmo assunto.

A partir da amostra selecionada pretende-se selecionar qual o conceito de *goodwill* melhor se enquadra com a contabilidade, obtendo o ponto em comum que os autores expressam para uma melhor interpretação do assunto.

A seguir serão apresentados os resultados obtidos em formas de quadros onde serão analisados os seguintes dados: caracterização, conceito de *goodwill*, características dos artigos e mensuração.

4.1 CARACTERIZAÇÃO

Para o desenvolvimento desta pesquisa sobre o conceito de *goodwill* foram utilizadas como base artigos abaixo caracterizados, primeiramente será analisado o embasamento bibliográfico dos mesmos, bem como a base para a pesquisa e desenvolvimento. Os artigos utilizados nesta pesquisa foram escritos por autores já conceituados, no qual expõem o tratamento dado ao *goodwill* em diversas situações, conforme a interpretação e visão desses autores.

Segue o Quadro 1, no qual utilizar-se-á as seguintes informações para caracterização dos artigos: título do artigo, ano de publicação, autores dos artigos, titulação dos autores e por fim onde foram publicados.

Título Artigo	Ano	Autor	Titulação do Autor	Revista ou Congresso de Publicação
<i>Goodwill</i> : uma análise dos conceitos utilizados em trabalhos científicos.	2009	Eliseu Martins, Diana Lúcia de Almeida, Eric Aversari Martins e Patrícia de Souza Costa.	<p>Eliseu Martins: Doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo.</p> <p>Diana Lúcia de Almeida: Mestrado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo.</p> <p>Eric Aversari Martins: Mestrado em Estética e História da Arte pela Universidade de São Paulo.</p> <p>Patrícia de Souza Costa: Mestrado em Ciências Contábeis pelo Prog Multi e Inter Regional de Pós Graduado em Ciências Contábeis UNB UFPB UFPE.</p>	9º Congresso de Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo. Versão aceita em 2010 publicada na Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo.
Discussão, Mensuração e Avaliação do <i>Goodwill</i> : da questão teórica a prática empresarial.	2004	Carlos Alberto Serra Negra, Elisabete Marinho Serra Negra, Marco Antonio Amaral Pires, Nourival de Souza Resende Filho, Walmir Moreira Lage e Walter Roosevelt Coutinho.	<p>Carlos Alberto Serra Negra: Mestrado em Contabilidade pela Fundação Visconde de Cairu.</p> <p>Elisabete Marinho Serra Negra: Mestrado em Ciências Contábeis pela Fundação Visconde de Cairu.</p> <p>Marco Antonio Amaral Pires: Mestrado em Contabilidade pela Fundação Visconde de Cairu.</p> <p>Nourival de Souza Resende Filho: Especialização em Contabilidade Avançada pelo Centro Universitário Newton Paiva.</p> <p>Walmir Moreira Lage: Mestrado em Ciências Contábeis pela Fundação Visconde de Cairu.</p> <p>Walter Roosevelt Coutinho: Mestrado em Contabilidade pela Fundação Visconde de Cairu.</p>	Apresentado e publicado nos anais do 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade em Santos, outubro de 2000. Atualmente publicado no Livro Laudo Pericial Contábil na Decisão Judicial, Editora Juruá. 3ª edição, 2010. Prefácio do Professor Antônio Lopes de Sá. Apresentação do Desembargador Caetano Levi Lopes.
Ativo Intangível: <i>Goodwill</i> ou Capital Intelectual.	2005	Amanda Borges de Albuquerque Assunção, Geiza Souza e Silva, Neuza de Lima Raimundo de Melo e Silva e Clenilson Siqueira Felinto de Lima.	<p>Amanda Borges de Albuquerque Assunção: Mestrado em Contabilidade - UNB - UFPB - UFRN pela Universidade de Brasília.</p> <p>Geiza Souza e Silva: não há currículo lattes na base do CNPQ..</p> <p>Neuza de Lima Raimundo de Melo e Silva: não há currículo lattes na base do CNPQ.</p> <p>Clenilson Siqueira Felinto de Lima: não há currículo lattes na base do CNPQ.</p>	2º Congresso de Iniciação Científica em Contabilidade na Universidade de São Paulo.

Continua

Continuação

Goodwill: sua definição e relevância para a área contábil.	2009	Rosicleia Squena e Diogo Favero Pasuch.	Rosicleia Squena: Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de Caxias do Sul. Diogo Favero Pasuch: Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.	Revista Gestão Organizacional.
<i>Goodwill</i> adquirido e sua relação com alguns setores econômicos no Brasil.	2006	Almir Rogério Guerra.	Almir Rogério Guerra: Mestrado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo.	6º Congresso de Controladoria e Contabilidade na Universidade de São Paulo.
Comparação dos Métodos de Tratamento do <i>Goodwill</i> adquirido face às características qualitativas da informação contábil: <i>Impairment Test</i> x Amortização.	2007	Fernando Henrique Camara Gouveia.	Fernando Henrique Camara Gouveia: Mestrado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo.	4º Congresso Iniciação Científica em Contabilidade na Universidade de São Paulo
<i>Goodwill</i> - Breves Reflexões	2007	Antonio José Oliveira Lamelas.	Antonio José Oliveira Lamelas: Pós Graduado em Finanças e Fiscalidade pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.	Livro Sociedade de Revisores Oficiais de Contas publicado por Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, dezembro de 2007.
Trademarks as Components of <i>goodwill</i> .	2006	Megan Bartkoeski.	Megan Bartkoeski: não há currículo lattes na base do CNPQ.	Journal of Contemporary of Legal Issues, 2010.
Is the Selection of the Amortization Period <i>Goodwill</i> a Strategic Choice?	2003	Henning L. Stevem e Wayne H. Shaw	Henning L. Stevem: não há currículo lattes na base do CNPQ. Wayne H. Shaw: não há currículo lattes na base do CNPQ.	Review of Quantitative Finance and accounting, 2003.
Models to Measure <i>Goodwill Impairment</i>	2003	Gerald H. Lander e Alan Reinsteins	Gerald H. Lander: não há currículo lattes na base do CNPQ. Alan Reinstein: não há currículo lattes na base do CNPQ.	University of South Florida- U.S.A, 2003.

Quadro 1: Caracterização dos artigos selecionados

Fonte: Elaborado pela autora

4.2 CONCEITOS DE *GOODWILL*

Partindo da caracterização foram inseridas divisões para o estudo de cada artigo, de forma individual, procurando pontos centrais que possam ressaltar os encontros e desencontros, bem como, a interpretação do conceito, por meio de uma análise minuciosa em diferentes artigos, bem como o embasamento legal em que os autores se fundamentaram para concluir o que é *goodwill*.

Podemos conferir a análise no quadro 2, que retrata o que foi comentado anteriormente:

Título Artigo	Ano	Autor	Conceito de <i>Goodwill</i>	Base que os autores utilizaram
<i>Goodwill</i> : uma análise dos conceitos utilizados em trabalhos científicos.	2009	Eliseu Martins, Diana Lúcia de Almeida, Eric Aversari Martins e Patrícia de Souza Costa.	<i>Goodwill</i> também chamado como Fundo de Comércio é o montante de lucros futuros esperados acima da rentabilidade normal de uma empresa, mensurados pela diferença entre o valor da mesma e o seu patrimônio líquido avaliado a valores de mercado. O CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 15 apresenta a definição legal, sendo o <i>goodwill</i> reconhecido nas demonstrações contábeis da empresa adquirente mediante a diferença entre o valor total pago e a diferença entre os ativos e passivos que sejam identificados e avaliados pelo seu valor justo. O CPC 4, por sua vez, diz não permitir que o <i>goodwill</i> que não tenha sido adquirido seja reconhecido contabilmente.	Scott (2009). CPC 15 CPC 04
Discussão, Mensuração e Avaliação do <i>Goodwill</i> : da questão teórica à prática empresarial.	2004	Carlos Alberto Serra Negra, Elisabete Marinho Serra Negra, Marco Antonio Amaral Pires, Nourival de Souza Resende Filho, Walmir Moreira Lage e Walter Roosevelt Coutinho.	<i>Goodwill</i> é o valor pago a mais sobre o valor de mercado do patrimônio líquido das entidades adquiridas a refletir uma espera de lucros futuros superior aos seus custos.	Iudicibus (1993).
Ativo Intangível: <i>Goodwill</i> ou Capital Intelectual.	2005	Amanda Borges de Albuquerque Assunção, Geiza Souza e Silva, Neuza de Lima Raimundo de Melo e Silva e Clenilson Siqueira Felinto de Lima.	O tema <i>goodwill</i> e capital intelectual são distintos, porém são vistos como sinônimos ou como um gerador do outro. O <i>goodwill</i> tem sido reconhecido como uma importante ferramenta para uma avaliação realista do patrimônio de uma empresa, e é definido como o ativo intangível essencial para as empresas, sendo tratada com complexidade, em consequência sua mensuração tem recebido atenção especial.	Martins (1972), Hendriksen e Van Breda (1999).
<i>Goodwill</i> : sua definição e relevância para a área contábil.	2009	Rosicleia Squena e Diogo Favero Pasuch.	Um Ativo Intangível não identificável de maior relevância que acaba valorizando as empresas é o <i>goodwill</i> , o seu reconhecimento valoriza a empresa, representa o seu valor pela diferença entre a avaliação da empresa como um todo e a soma de seus Ativos avaliados um a um, diminuído de seus passivos. Utiliza-se a expressão fundo de comércio para se referir ao <i>goodwill</i> , neste sentido há impasse entre os autores, em qual das expressões utilizar. Outro impasse entre os autores é referente ao <i>goodwill</i> negativo, dizem que podem existir <i>goodwill</i> com valor zero ou positivo, não podendo existir com valor negativo. Outros, porém alegam que pode existir a avaliação da empresa como um todo, e esta ser menor do que seus bens líquidos, logo o <i>goodwill</i> será negativo, assim torna-se um Intangível que desfavorece a organização.	Hendriksen e Breda (1999); Schmidt e Santos (2009).

Continua

Continuação

<p><i>Goodwill</i> adquirido e sua relação com alguns setores econômicos no Brasil.</p>	2006	Almir Rogério Guerra.	<p>O conceito sobre <i>goodwill</i> ainda deixa dúvida, neste artigo quadro autores citam o mesmo. O primeiro autor conceitua <i>goodwill</i> como o "algo a mais" pago sobre o valor de mercado dos elementos contábeis dos balanços patrimoniais da entidade adquirida com uma expectativa de lucros futuros maiores do que os custos de aquisição. O segundo por sua vez conceitua como sendo um ativo superavaliado, ou seja, o <i>goodwill</i> surge porque o valor de mercado do ativo é superior àquele registrado na contabilidade. O terceiro autor defende que <i>goodwill</i> é o valor que a empresa seja incapaz de associar a ativos, ou seja, o valor que a empresa não consegue identificar, este independente dos Ativos Tangíveis, pois não consegue medir a capacidade de gerar lucros superiores. O quarto autor retrata o <i>goodwill</i> como sendo sinérgico, este faz com que o todo seja diferente da soma das partes, pois todos as Ativos Tangíveis ou Intangíveis são identificados e mensurados pelo seu valor econômico de uso.</p>	Ludícibus (2004), Hendriksen e Van Breda (1999), Martins (1972), Monobe (1986).
<p>Comparação dos Métodos de Tratamento do <i>Goodwill</i> adquirido face às características qualitativas da informação contábil: <i>Impairment Test</i> x Amortização.</p>	2007	Fernando Henrique Camara Gouveia.	<p><i>Goodwill</i> pode ser definido como a simples diferença entre o valor de sua aquisição e o valor contábil, representando o pagamento realizado pelo comprador como uma antecipação de benefícios econômicos futuros estes referentes a ativos que não são capazes de serem identificados e reconhecidos separadamente, ou seja, identificação e separação dos Ativos Tangíveis dos Intangíveis. A Instrução 247/96 da CVM (Comissão dos Valores Mobiliários) alterada e complementada pelas Instruções 269/97 e 285/98, determinam que <i>goodwill</i> é o ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de um investimento e o valor de mercado proporcional dos Ativos e Passivos identificados da coligada ou controlada adquirida.</p>	Financial Accounting Standards Board (FASB); Comissão de Valores Mobiliários publicada no Diário Oficial da União.
<p><i>Goodwill</i> - Breves Reflexões</p>	2007	Antonio José Oliveira Lamelas.	<p>O <i>goodwill</i> pode ser citado como a diferença entre o valor atual dos fluxos de caixas futuros, gerados pelos ativos da empresa e o valor dos custos dos elementos que favoreceram este fluxo, por se tratar de um valor ligado à continuidade da empresa, por representar o excesso de seus valores. Conceituar o <i>goodwill</i>, em um processo de avaliação da empresa, identifica-se a diferença do valor da empresa contabilmente e o valor da mesma em relação ao mercado, após é feita uma avaliação. Caso a empresa seja negociada a um valor superior ao que foi avaliado, gera um <i>goodwill</i>.</p>	Almeida (1997), Ludícibus (1987), Monobe (1986).

Continua

Continuação

Trademarks as Components of <i>goodwill</i> .	2006	Megan Bartkoeski.	O <i>goodwill</i> representa uma prestação de contas ao invés de um problema legal de contabilização, quando duas empresas se fundem ou quando uma empresa adquire outra, nesta aquisição estão inclusos os Ativos Intangíveis, e o ágio pago por tal aquisição. A Financial Accounting Standards Bords (FASB) nº 142 conceitua <i>goodwill</i> adquirido como método de contabilização de fusões em que o valor total pago ou trocado por bens da empresa adquirida é registrado na aquisição, e qualquer diferença entre o valor justo de mercado dos ativos adquiridos e o preço de compra é registrado como <i>goodwill</i> .	Mc Carthy (2001)
Is the Selection of the Amortization Period <i>Goodwill</i> a Strategic Choice?	2003	Henning L. Stevem e Wayne H. Shaw	Este artigo não retrata sobre o conceito de <i>goodwill</i> propriamente dito. Não possui uma definição direta pelos autores, no decorrer do artigo mencionam que o <i>goodwill</i> adquirido terá efeitos sobre as demonstrações contábeis da empresa adquirente, por possuir informações relevantes para a tomada de decisão. O <i>goodwill</i> gerado internamente não possui valor significativo, por ser difícil a mensuração do mesmo, e por se tratar de uma informação não confiável.	Andrade (2001)
Models to Measure <i>Goodwill</i> Impairment	2003	Gerald H. Lander e Alan Reinsteins	O <i>goodwill</i> representa o resultado do preço de aquisição de uma empresa menos o valor justo dos Ativos Tangíveis e Intangíveis identificáveis. O valor justo mencionado no artigo nada mais é do que o preço de mercado em que estão disponíveis os ativos, sendo que deve ser com base nas melhores informações que o mercado tenha sobre o mesmo.	Valdmanis (2002)

Quadro 2: Conceitos de *Goodwill*

Fonte: Elaborado pela autora

A análise expressada no Quadro 2, este desenvolvido em forma de quadro, foi elaborada para que possa ser feita uma comparação entre os mesmos, por meio de fácil visualização e compreensão. O *goodwill* para alguns autores é utilizado com o termo original, porém tratado em alguns artigos como Fundo de Comércio, para a maioria é preferível utilizar o termo original, pois o termo traduzido Fundo de Comércio pode ser associado a outras áreas, não somente à contabilidade.

Outro ponto encontrado referente ao conceito é o tratamento dado ao *goodwill*, em alguns artigos definidos como algo a mais que exista nas empresas, que este por sua vez não deixa de forma clara o que é o algo a mais. Mencionam existir o *goodwill* adquirido, o *goodwill* gerado internamente e o *goodwill* negativo.

O objetivo de possuir um único conceito deixou dúvidas, pois ao mesmo tempo em que os autores afirmam o que é *goodwill*, ao mesmo tempo geram controvérsias.

4.3 CARACTERÍSTICAS

Nesta divisão de análise, serão tratadas as características individuais de cada artigo, suas peculiaridades e diferenças, bem como a relação dos mesmos com o conceito expressado anteriormente. Segue o Quadro 3:

Título Artigo	Ano	Autor	Características dos artigos para o enquadramento do <i>goodwill</i>	Base que os autores utilizaram
<i>Goodwill</i> : uma análise dos conceitos utilizados em trabalhos científicos.	2009	Eliseu Martins, Diana Lúcia de Almeida, Eric Aversari Martins e Patrícia de Souza Costa.	O <i>goodwill</i> pode ser considerado como resíduo existente entre a soma dos itens patrimoniais mensurados individualmente, portanto o <i>goodwill</i> não pode ser vendido separadamente. Neste artigo foram analisados 138 trabalhos publicados como estes sendo artigos científicos, periódicos nacionais e internacionais, bem como dissertações de programas brasileiros de pós-graduação e destes apenas 47 possuíam o conceito de <i>goodwill</i> mencionados e 18 destes estavam com o conceito incorreto, sendo a conclusão do artigo.	Martins (2001)
Discussão, Mensuração e Avaliação do <i>Goodwill</i> : da questão teórica á pratica empresarial.	2004	Carlos Alberto Serra Negra, Elisabete Marinho Serra Negra, Marco Antonio Amaral Pires, Nourival de Souza Resende Filho, Walmir Moreira Lage e Walter Roosevelt Coutinho.	O <i>goodwill</i> deve ter definição apropriada, ser mensurável, relevante e preciso. Para que seja feita a mensuração existem cálculos matemáticos e estatísticos para localizar o valor que o <i>goodwill</i> representa nas operações realizadas nas empresas.	Hendriksen e Brenda (1999).
Ativo Intangível: <i>Goodwill</i> ou Capital Intelectual.	2005	Amanda Borges de Albuquerque Assunção, Geiza Souza e Silva, Neuza de Lima Raimundo de Melo e Silva e Clenilson Siqueira Felinto de Lima.	O <i>goodwill</i> pode ser classificado da seguinte forma: <i>Goodwill</i> Comercial é aquele decorrente de serviços, por exemplo, equipe de vendedores, entregas, facilidade no crédito, dependências apropriadas para serviço de manutenção, qualidade do produto em relação ao preço, atitude e hábito do consumidor como fruto do nome comercial e a marca mais conhecida em função da propaganda persistente e localização da empresa. <i>Goodwill</i> Industrial provém de altos salários, baixa rotatividade de funcionários, oportunidades internas de crescimentos, serviços médicos, sistema de segurança adequado desde que tais fatores contribuam para a boa imagem da empresa e redução do custo unitário de produção, devido à eficiência de trabalho operando nestas condições. <i>Goodwill</i> Financeiro é derivado da atitude de investidores, de fontes de financiamento e de crédito em função da empresa possuir sólida situação para cumprir suas obrigações e manter sua imagem, ou ainda, obter recursos financeiros que lhe permitam aquisições de matéria-prima ou mercadoria com melhores preços e por fim o <i>Goodwill</i> Político que é decorrente das boas relações da empresa com o governo.	Paton & Paton (1952 <i>apud</i> Martins, 2002); Martins (1972 <i>apud</i> Martins, 2002).

Continua

Continuação

<p><i>Goodwill</i>: sua definição e relevância para a área contábil.</p>	2009	Rosicleia Squena e Diogo Favero Pasuch.	<p>Possuem duas classificações que prevalecem até os dias atuais. A primeira considera que o <i>goodwill</i> é subdividido em cinco tópicos, o primeiro tópico é o <i>Goodwill</i> Comercial no qual considera as pessoas envolvidas na empresa, o segundo tópico é o <i>Goodwill</i> Pessoal que considera os funcionários da administração, o terceiro tópico é o <i>Goodwill</i> Profissional que se refere aos profissionais de maior destaque na empresa, o quarto tópico é o <i>Goodwill</i> Evanescente, ou seja, temporário, a moda que está sendo lançada e por fim o quinto tópico o <i>Goodwill</i> de nome ou marca que se refere a reputação da empresa no mercado.</p> <p>A segunda classificação subdivide o <i>goodwill</i> em quatro tópicos, o primeiro tópico é o <i>Goodwill</i> Comercial que considera o consumidor em relação à empresa, o segundo tópico o <i>Goodwill</i> Industrial que visa a relação da organização e os funcionários, o terceiro tópico é o <i>Goodwill</i> Financeiro que visa manter a finanças em dia e por fim o <i>Goodwill</i> Político que representa o bom relacionamento com o poder político.</p> <p>Além da classificação é necessário destacar que na contabilidade possuem dois tipos de <i>goodwill</i> o subjetivo e o adquirido. O subjetivo também chamado de <i>goodwill</i> criado, surge da possibilidade de obter lucro em relação aos benefícios futuros da organização, sendo maior do que o custo de oportunidade, normalmente não é contabilizado devido a falta de confiança pois o valor só pode ser mensurado após uma perícia. Por sua vez, o <i>goodwill</i> adquirido originado após a compra de uma empresa, sendo o valor pago pela mesma superior ao valor dos seus ativos.</p>	Coyngton (1923 <i>apud</i> Martins, 1972); Paton e Paton (1952 <i>apud</i> Martins, 1972); Ludícibus (2009); Hoog (2010); Marion (2005)
<p><i>Goodwill</i> adquirido e sua relação com alguns setores econômicos no Brasil.</p>	2006	Almir Rogério Guerra.	<p>A criação do <i>goodwill</i> deve-se às diversas fontes entre elas: administração eficiente, processos industriais, patentes próprias, localização, recursos humanos qualificados, efetividade da propaganda e condições financeiras privilegiadas, entre outros. Embora algumas empresa possuam setores que possam depender mais de Ativos Tangíveis para geração de benefícios futuros não significa que não possui elementos geradores de <i>goodwill</i> pois cada empresa tem os seus ativos tangíveis e intangíveis conforme o ramo de atividade.</p>	Martins (1972); Monobe (1986)
<p>Comparação dos Métodos de Tratamento do <i>Goodwill</i> adquirido face às características qualitativas da informação contábil: <i>Impairment</i> Test x Amortização.</p>	2007	Fernando Henrique Camara G9ouveia.	<p>Neste artigo são comparados os métodos de mensuração que são eles: amortização e o teste de <i>Impairment</i>. Para que esta análise pudesse ser efetuada foram utilizadas características qualitativas que são elas: Relação Custo-Benefício Favorável, Intangibilidade, Relevância, Confiabilidade e Comparabilidade. Contudo nas características de Relevância e Confiabilidade o Teste de <i>Impairment</i> se sobressai. As características qualitativas são importantes para uma melhor informação aos usuários.</p>	Financial Accounting Standards Board (FASB); Comissão dos Valores Mobiliários publicada no Diário Oficial da União.

Continua

Continuação

<p><i>Goodwill</i> - Breves Reflexões</p>	2007	Antonio José Oliveira Lamelas.	<p>O <i>goodwill</i> pode ser considerado a diferença entre o valor atual de um Ativo Intangível que pode ser identificado pela diferença entre o valor contábil e o valor de mercado de uma empresa.</p> <p>Estes divididos nas seguintes classificações: <i>Goodwill</i> Comercial é aquele que surge em função dos serviços de apoio, qualidade do produto em relação ao preço e do reconhecimento do público, isto se dá em relação à marca do produto decorrente da propaganda e publicidade. <i>Goodwill</i> Industrial é aquele em função dos benefícios e oportunidades profissionais aos funcionários da empresa. O <i>Goodwill</i> Financeiro surge em função da manutenção da imagem favorável da empresa criando condições de captação de recursos. <i>Goodwill</i> Político obtido pelas relações positivas com o governo. <i>Goodwill</i> Negativo ou <i>Badwill</i> é quando a empresa for vendida com valor abaixo do valor patrimonial, portanto significa a diferença entre o valor pago e o valor contabilizado dos ativos da empresa adquirida.</p> <p>O <i>Goodwill</i> Subjetivo é a expectativa sobre os lucros futuros acima dos custos que são registrados na contabilidade e por fim o <i>Goodwill</i> Comprado que ocorre quando uma empresa é comprada e o preço pago pode ser alocado às contas da empresa compradora.</p>	Hendriksen e Brenda (1999)
<p>Trademarks as Components of <i>goodwill</i>.</p>	2006	Megan Bartkoeski.	<p>Neste artigo a valorização das marcas é o foco, por exemplo, em 2006 a "Best Global Brands" fez um levantamento referente aos valores que as marcas possuíam no mercado, a Coca Cola ficou em primeiro lugar com U\$ 67 bilhões, com base em três fatores. O primeiro fator foi a previsão financeira no qual se identificam as receitas de produtos ou serviços que são gerados em função da marca, a partir disto se deduz os custos operacionais, impostos e uma parte do capital empregado para encontrar os ganhos Intangíveis.</p> <p>O segundo fator é o papel da marca, uma vez que os ganhos Intangíveis incluem o retorno de todos os bens intangíveis empregados no negócio. É preciso identificar os ganhos que são específicos atribuídos à marca.</p> <p>O terceiro fator é relacionado à força da marca para determinar o valor presente líquido da mesma, uma forma estruturada de avaliar os riscos específicos deste Intangível. Neste artigo foram mencionados dados apenas sobre marca. Atualmente as empresas possuem outros Ativos Intangíveis que representam um valor significativo por valorizarem as mesmas no mercado atual.</p>	Best Global Brands (2006).

Continua

Continuação

Is the Selection of the Amortization Period <i>Goodwill</i> a Strategic Choice?	2003	Henning L. Stevem e Wayne H. Shaw	Foram analisados para a elaboração deste artigo empresas em <i>Compustat</i> , que é um banco de dados de informações financeiras, estatísticas e de mercado sobre ativos e inativos, empresas de todo o mundo que relatavam em seus balanços o <i>goodwill</i> no período de 1990 a 1994. Resultando em uma amostra de 1741 empresas, foram feitos testes sobre qual o período de amortização do <i>goodwill</i> . Nestes cinco anos foi analisado que as empresas em sua maioria utilizaram a vida útil do <i>goodwill</i> em 40 anos, portanto as empresas com vida útil do <i>goodwill</i> mais longa obtiveram uma melhor estruturação do que as empresa com uma vida útil menor.	Henning L. Stevem e Wayne H. Shaw
Models to Measure <i>Goodwill Impairment</i>	2003	Gerald H. Lander e Alan Reinsteins	O <i>goodwill</i> adquirido, não é um Ativo separável, portanto deve ser medido como um valor residual, ou seja, o valor que irá sobrar. Este valor por sua vez, deve ser avaliado ao valor de mercado, os resultados obtidos desta avaliação segundo o artigo nem sempre são confiáveis, isto de deve por ser difícil a avaliação e separação dos Ativos Tangíveis dos Intangíveis. As indústrias enfrentam problemas para a implementação e interpretação da Financial Accounting Standards Bords (FASB) nº 142 que regulamenta o <i>goodwill</i> .	Gerald H. Lander e Alan Reinsteins.

Quadro 3: Características do *Goodwill*

Fonte: Elaborado pela autora

As características expostas nos artigos em determinado momento são parecidas, por exemplo, quanto à classificação dada ao *goodwill*, como *Goodwill* Financeiro, *Goodwill* Político, *Goodwill* Comercial, entre outros, estes são mencionados em alguns artigos, não descrevem em como saber quando ocorrem operações nas empresas e geram estes tipos de *goodwill*.

Outro ponto interessante foi o exemplo utilizado no artigo Trademarks as Components of *goodwill*, relata exclusivamente do valor da marca e os benefícios que um intangível de grande valor pode representar em uma empresa, olhando pelo aspecto, econômico quando duas empresas se fundem, ou mesmo quando uma empresa adquire a outra, o valor de *goodwill* que será gerado nesta transação será considerável, pois o *goodwill* adquirido é mais fácil de ser verificado.

4.4 FORMAS DE MENSURAR

Através de uma análise sobre as formas de mensurar o *goodwill*, observou-se que os artigos conceituam o *goodwill* de várias formas, portanto como encontrar o valor adequado do mesmo?

Para responder este questionamento será feita uma análise abaixo expondo o método para auxiliar e encontrar o valor do *goodwill*. Segue o quadro 4 que expõem formas de mensurar o *goodwill* conforme tratados nos artigos.

Título Artigo	Ano	Autor	Formas de Mensurar	Base que os autores utilizaram
<i>Goodwill</i> : uma análise dos conceitos utilizados em trabalhos científicos.	2009	Eliseu Martins, Diana Lúcia de Almeida, Eric Aversari Martins e Patrícia de Souza Costa.	<p>O <i>goodwill</i> é mensurado como a diferença entre o valor total da empresa e de seu Patrimônio Líquido avaliado pela seguinte equação:</p> $GO = VME - VPLm$ <p>onde GO é <i>goodwill</i>, VME é o valor de mercado da entidade e VPLm é o valor do Patrimônio Líquido da entidade este avaliado a preço de mercado.</p> <p>O valor de mercado refere-se a todos os elementos constitutivos, sendo Ativos e Passivos, devidamente avaliados pelos seus valores individuais de mercado.</p>	Martins (2001)
Discussão, Mensuração e Avaliação do <i>Goodwill</i> : da questão teórica á pratica empresarial.	2004	Carlos Alberto Serra Negra, Elisabete Marinho Serra Negra, Marco Antonio Amaral Pires, Nourival de Souza Resende Filho, Walmir Moreira Lage e Walter Roosevelt Coutinho.	<p>Foram desenvolvidos diversos métodos de cálculo para identificar o valor do <i>goodwill</i>. Neste artigo são mencionados vários métodos entre eles o Método Lawrence R. Dicksee com base no lucro líquido do período anterior a sua apuração, o que leva a distorções quando as empresas apresentam variações nos resultados ao longo de determinado período de tempo.</p> <p>O Método do Valor de Realização trata o <i>goodwill</i> como um lucro líquido projetado para exercícios futuros, pelo custo de oportunidade, trazido a valor presente por uma taxa de retorno desejada. Os métodos acabam distorcendo a mensuração se não forem trabalhados de forma individual.</p>	Hendriksen e Brenda (1999)
Ativo Intangível: <i>Goodwill</i> ou Capital Intelectual.	2005	Amanda Borges de Albuquerque Assunção, Geiza Souza e Silva, Neuza de Lima Raimundo de Melo e Silva e Clenilson Siqueira Felinto de Lima.	<p>O <i>goodwill</i> é classificado em diversas formas e cada uma possui um meio de mensurar, neste artigo encontra-se a fórmula para que seja reconhecido pela contabilidade financeira somente quando adquirido por meio de compra de uma empresa ou parte dela, é registrado pela seguinte fórmula:</p> $G = VM - VC$ <p>onde G é o <i>goodwill</i>, VM é o valor de mercado e VC é o valor contábil. Portanto será a diferença entre o valor pago pela empresa (valor que esta vale no mercado) e o seu valor contábil. Para determinar o valor de mercado com base na potencialidade da empresa adquirida de gerar benefícios futuros para a empresa que a adquiriu é calculado da seguinte forma:</p> $VC = A - PE$ <p>onde, A é a soma dos valores individuais dos elementos que constituem o ativo e PE é o total do passivo exigível. Portanto o valor contábil é aquele obtido pela diferença entre a soma dos valores individuais dos elementos que constituem o ativo total dos seus passivos exigíveis, ou seja, o ativo líquido.</p>	Paton & Paton (1952 <i>apud</i> Martins, 2002), Martins (1972 <i>apud</i> Martins, 2002).

Continua

Continuação

Goodwill: sua definição e relevância para a área contábil.	2009	Rosicleia Squena e Diogo Favero Pasuch.	O tratamento contábil do <i>goodwill</i> pode ser dado em três hipóteses. A primeira seria em manter o <i>goodwill</i> inalterado, devido as oscilações de mercado que mudam o preço da empresa a todo momento. A segunda seria em reduzir o valor do <i>goodwill</i> , da conta de lucros acumulados, este método pode ser utilizado quando o goodwill surgir da diminuição do valor gasto pelo valor dos ativos contabilizados líquidos. A terceira e última seria registrar o <i>goodwill</i> e amortizar com o passar do tempo.	Coyngton (1923 <i>apud</i> Martins, 1972); Paton e Paton (1952 <i>apud</i> Marins, 1972); Iudícibus (2009); Marion (2005)
<i>Goodwill</i> adquirido e sua relação com alguns setores econômicos no Brasil.	2006	Almir Rogério Guerra.	Os Ativos Intangíveis devem ser amortizados no período de cinco anos por meio de uma taxa de amortização que deve ser proporcional a queda do lucro ao longo do tempo, o seu valor deve zerar no período de cinco anos. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) determina para o <i>goodwill</i> adquirido que a amortização deve ser periódica não excedendo o prazo de dez anos conforme Instrução nº 247 de 27/03/96 com nova redação dada pela de nº 285 de 31/07/98.	Martins (1972); Monobe (1986)
Comparação dos Métodos de Tratamento do <i>Goodwill</i> adquirido face às características qualitativas da informação contábil: <i>Impairment Test</i> x Amortização.	2007	Fernando Henrique Camara Gouveia.	O teste do <i>impairment</i> e da amortização neste artigo levantam discussões sobre qual o melhor meio a ser utilizado para mensuração, cada um possui suas características próprias. Ao ser aplicado ao <i>goodwill</i> o teste do <i>impairment</i> sofre perdas de valor em determinado prazo com taxas previamente estabelecidas, este teste deve ser anual. Diferentemente de amortização linear com prazo determinado, definida no momento em que o <i>goodwill</i> é registrado. As análises realizadas neste artigo não concluíram qual o melhor meio para mensurar o <i>goodwill</i> , sendo que irá depender do grau de compreensão dos usuários referente ao assunto abordado. O tratamento do <i>goodwill</i> por meio de amortização é aplicado pelas normas americanas, internacionais e brasileiras de contabilidade. A Instrução 247/96 da CVM (Comissão dos Valores Mobiliários) com posteriores alterações determina que o <i>goodwill</i> deve ser amortizado por um prazo de até dez anos, nessa mesma Instrução pede que o mesmo seja verificado anualmente a fim de que sejam revisados os critérios utilizados para a amortização ou registrada sua baixa integral.	Financial Accounting Standards Board (FASB); Comissão dos Valores Mobiliários publicada no Diário Oficial da União.

Continua

Continuação

Goodwill - Breves Reflexões	2007	Antonio José Oliveira Lamelas.	<p>O artigo apresenta três níveis de mensuração: O primeiro nível a mensuração é feita a partir das atitudes favoráveis à empresa, respeitando a valorização do comportamento Intangível da empresa (bom relacionamento clientes, fornecedores, funcionários e comunidade em geral), está mensuração está relacionando a empresa como um todo.</p> <p>No segundo nível a mensuração é a diferença do valor atual positivo entre o lucro futuro esperado e o retorno considerado normal sobre o investimento, não incluindo o <i>goodwill</i> nos cálculos. Sendo assim é o valor atual das expectativas de lucros futuros em excesso.</p> <p>O terceiro nível de cálculo é feita a diferença entre o valor total da empresa e as avaliações de seus ativos líquidos tangíveis e intangíveis individuais, todos os ativos depois de identificados devem ser avaliados ao valor de mercado, o resultado será o <i>goodwill</i>.</p> <p>A contabilização deve ser feita de acordo com o método de compra, a adquirente (incorporante) reconhece os Ativos adquiridos e os Passivos assumidos da entidade adquirida (incorporada), após todos os registros efetuados, o valor da diferença sendo credora ou devedora, será identico ao valor anterior calculado, sendo ele o <i>goodwill</i>. O registrado da aquisição pela empresa investidora e evidenciado nas demonstrações individuais pelo valor pago, nas demonstrações consolidadas o <i>goodwill</i> deve ser evidenciado no grupo dos intangíveis.</p>	Hendriksen e Brenda (1999)
Trademarks as Components of goodwill.	2006	Megan Bartkoeski.	<p>O artigo não menciona a forma de mensurar o <i>goodwill</i>, apenas dá a tratativa de amortização conforme abaixo.</p> <p>A Financial Accounting Standards Bords (FASB) regulamenta que o <i>goodwill</i> adquirido deve ser amortizado pela empresa adquirente no prazo máximo de 20 anos.</p>	Mc Carthy (2001).
Is the Selection of the Amortization Period Goodwill a Strategic Choice?	2003	Henning L. Stevem e Wayne H. Shaw	<p>O <i>goodwill</i> adquirido deve ser amortizado no prazo máximo de 20 anos segundo a Financial Accounting Standards Bords (FASB). Ao mesmo tempo a FASB regulamentou que o <i>goodwill</i> deve ser avaliado por teste de <i>impairment</i> e não mais amortizado, assim o lucro será maior devido à ausência da despesa de amortização.</p> <p>O artigo não define uma única forma de mensurar o <i>goodwill</i>, deixando em dúvida sobre qual a forma correta.</p>	Jennings (1996), Vicent (1997), Weill (2001).
Models to Measure Goodwill Impairment	2003	Gerald H. Lander e Alan Reinsteins	<p>Financial Accounting Standards Bords (FASB) nº 142 determina que o <i>goodwill</i> seja amortizado, e anualmente os bens devem passar pelo teste de <i>impairment</i>, para verificar os preços em excesso pagos pelos Ativos adquiridos ou queda dos mesmos durante o período.</p>	Continua Gerald H. Lander e Alan Reinsteins.

Quadro 4: Formas de Mensurar o Goodwill

Fonte: Elaborado pela autora

A mensuração do *goodwill* bem como o conceito deixa dúvidas, os autores tratam da existência de duas formas de mensuração. A primeira forma consiste em aplicar cálculos estatísticos para encontrar o valor do *goodwill*, e após o mesmo deve ser registrado na contabilidade e amortizado em determinado período de tempo. A segunda forma é a amortização propriamente dita, em determinado período de tempo, gerando controvérsias. Na contabilidade a amortização deve ser registrada, porém o valor que o *goodwill* representa na empresa, esse deve ser calculado.

O artigo *Is the Selection of the Amortization Period Goodwill a Strategic Choice?*, cita que deve ser aplicado o teste de *impairment*, assim a empresa obterá um lucro maior por não ter a despesa da amortização para registrar, porém não menciona como encontrar o valor do *goodwill* apenas como registrá-lo.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa apresentou um estudo bibliográfico comparativo sobre os conceitos de *goodwill* presentes na literatura contábil. Para que o estudo fosse desenvolvido foram utilizados objetivos para delimitar e determinar o caminho a ser percorrido no desenvolvimento do mesmo, por meio do objetivo geral e específico.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar os diferentes conceitos de *goodwill* disponível na literatura contábil, essa meta foi alcançada ao ser analisado uma amostra aleatória de artigos que retratam sobre *goodwill*, este em diferentes situações que estejam relacionadas com a contabilidade, expondo a visão de cada autor sobre o mesmo. A análise foi desenvolvida em forma de quadros, além do conceito, foi ampliada a mesma para forma de mensuração e as características de cada artigo sobre o assunto pesquisado.

Os objetivos específicos foram divididos em três tópicos para melhor entendimento. O primeiro objetivo específico foi examinar o referencial teórico sobre a origem do *goodwill* por meio do Ativo Intangível, este objetivo foi alcançado ao ser desenvolvido o capítulo 2 e parte do capítulo 3, sendo desenvolvido o referencial teórico sobre os principais conceitos contábeis, seguido dos históricos dos Intangíveis e a sua relação com a contabilidade.

O segundo objetivo específico foi verificar quais são os conceitos que existem hoje sobre o tema, ligados à contabilidade, este objetivo foi alcançado no capítulo 3 ao ser exposto o conceito de *goodwill* sobre a visão de alguns autores, não abordando a legislação que regulamenta o *goodwill*. Ao desenvolver a pesquisa o que é mencionado referente a regulamentação ou legislação ocorre devido ao embasamento no qual os autores se utilizaram para expressar o conceito do tema da mesma. Após o mesmo foi analisado no capítulo 4, em forma de quadro que relata o conceito tratado nos artigos.

E por fim o terceiro objetivo específico foi de confrontar os conceitos examinados, com a finalidade de produzir conclusões para o problema de pesquisa, o mesmo foi alcançado no capítulo 4, onde a confrontação ocorreu no desenvolvimento dos quadros e na análise dos mesmos. Sendo assim todos os objetivos desta pesquisa foram alcançados.

É importante ressaltar independente da situação que é exposto nos artigos o conceito é o mesmo, ou assim deveria ser. Tomando por base o que foi pesquisado constatou-se que existem vários tipos de *goodwill*.

Em uma empresa o *goodwill* gerado internamente, por exemplo, *Goodwill* Financeiro, *Goodwill* Comercial, entre outros, não é descrito nos artigos como saber ao certo que o valor encontrado trata-se de um *goodwill*, tornando o reconhecimento do mesmo uma informação não confiável para os usuários.

Outra situação que cabe ressaltar é referente ao *Goodwill* Negativo, analisando a situação em ser possível essa existência, o fato de mencionar negativo quer dizer que a empresa gera prejuízos, mesmo que a empresa seja avaliada como um todo, caso seja negativo quer dizer que desfavorece qualquer investimento, logo se entende que ao investir-se nesta empresa obter-se-á perdas e não ganhos, sendo algo inviável.

O conceito de melhor compreensão é o do *goodwill* adquirido, ou seja, uma empresa adquire outra empresa e paga um valor superior ao valor registrado na contabilidade. O mesmo ocorre em operações de empresas coligadas, a empresa adquirente ou incorporante reconhece os ativos adquiridos e os passivos assumidos nas demonstrações individuais e nas demonstrações consolidadas o *goodwill* deve ser registrado no grupo dos Intangíveis.

É descrito nos artigos fórmulas para encontrar o valor do *goodwill*. Uma das equações é $G=VM-VC$, onde o G será o resultado do *goodwill*, o VM corresponde ao valor de mercado, e VC ao valor contábil. Portanto o valor da empresa perante o mercado menos o seu valor contábil, será o *goodwill*. Este valor encontrado deve ser reconhecido e amortizado na contabilidade.

Nos artigos são mencionadas algumas formas de mensuração, por meio de equações, outras retratam a amortização como forma de mensuração, o que deixa os leitores sem entender o correto, pois mensurar é como encontrar o valor a ser registrado e não a forma como deve ser registrado.

Outra maneira de mensuração citada é o teste de *impairment*, ao utilizar o teste não é registrada a despesa com amortização, gerando assim no demonstrativo do resultado do exercício um lucro maior no período. Isto gera controvérsias, pois o teste deve ser aplicado somente ao *goodwill* e não a todos os bens que compõem o grupo do Ativo Intangível.

Cada artigo analisado possui características particulares e semelhanças, como é o caso de caracterizar os diversos tipos de *goodwill*, no qual se considera o *goodwill* gerado internamente nas empresas. A individualidade das características surge devido aos assuntos de cada artigo ser direcionado a situações diferentes, o que demonstra a valorização dos Ativos Intangíveis nas empresas, que estes começaram pela necessidade dos usuários em registrar o que até então não se tinha conhecimento, ou não se dava valor.

Depois de efetuadas as devidas análises, cada artigo aborda o assunto de um ângulo de visão diferente em relação aos conceitos, características e mensuração, o que pode tornar a interpretação distorcida gerando conclusões diferentes, principalmente em relação ao conceito que é base para tomada de decisão, uma informação não sendo bem interpretada pode gerar conclusões erradas.

Com base nas considerações colocadas até aqui, também se entende que esta pesquisa possui limitações no seu desenvolvimento, não esgotando todas as possibilidades existentes, por tratar de uma amostra pequena, deixando assim a abertura para novos estudos de aprofundamento sobre *goodwill* e principalmente sobre o seu conceito que foi o tema desta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUNÇÃO, Amanda B. de A. *et al.* *Ativo Intangível: Goodwill ou Capital Intelectual*. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos22005/243.pdf>> Acesso em 24 abr. 2011.

BARTKOWSKI, Megan. Trademarks as Components of Goodwill. *Journal of Contemporary Legal Issues*, 2010. p.165-172. 21 Set. 2011.

BRAGA, Hugo R. *Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CERVO, Amando L.; BERVIAN, Alcino. *Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COELHO, Claudio U. F.; LINS, Luis dos S. *Teoria da Contabilidade: abordagem contextual, histórica e gerencial*. 1. ed. São Paulo: Altas, 2010.

COULANGES, Fustel de. *A Cidade Antiga*. 1. ed. São Paulo: Martin Claret, 2006.

FREEMAN, Chris; SOETE, Luc. *A economia da inovação industrial*. Campinas: 1. ed. Da Unicamp, 2008.

GOUVEIA, Fernando H. Câmara; MARTINS, Eliseu. *Comparação dos Métodos de Tratamento do Goodwill adquirido face às características qualitativas da informação contábil: Impairment Test x Amortização*. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos72007/21.pdf>> Acesso em 05 Set. 2011.

GUERRA, Almir R. *Goodwill adquirido e sua relação com alguns setores econômicos no Brasil*. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos62006/428.pdf>> Acesso em 05 Set. 2011.

GRECO, Alvíso L.; AREND, Lauro; GÄRTNER, Gütner. *Contabilidade: Teoria e prática básicas*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. *Fundo de Comércio Goodwill em: apuração de haveres, balanço patrimonial, dano emergente, lucro cessante e locação não residencial*. 22. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio *et al.* *Manual de Contabilidade Societária*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARION, José C. *Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KÖCHE, José C. *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação á pesquisa*. 27. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

LAMELA, Antonio J. O. *Goodwill - Breves Reflexões*. Disponível em: <<http://www.jmmsroc.pt/downloads/10anos/02.pdf>> Acesso em 05 Set. 2011.

LANDER, Gerald H.; REINSTEIN, Alan. *Models to Measure Goodwill Impairment*. University of South Florida, 2003, p. 227-232. 21 Set. 2011.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José C.; REIS, Arnaldo, C. de R. *Mudanças nas demonstrações contábeis*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARTINS, Eliseu *et al.* *Goodwill: uma análise dos conceitos utilizados em trabalhos científicos*. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos92009/16.pdf>> Acesso em 24 abr. 2011.

NEGRA, Carlos A. S. *et al.* *Discussão, Mensuração, e Avaliação do Goodwill: da questão teórica a prática empresarial, evidência a dificuldade de abordar o tema Goodwill*. Disponível em: <http://www.peritoscontabeis.com.br/trabalhos/goodwill_cladea_e_17cbc.pdf> Acesso em 24 abr. 2011.

NELSON, Richard R; WINTER, Sidney G. *Uma teoria evolucionária da mudança econômica*. 1. ed. São Paulo: Unicamp, 2005.

PANIZZI, Wrana. *Universidade para Quê?* 1. Ed. Porto Alegre: Libretos Comunicação, 2006.

SCHMIDT, Paulo; DOS SANTOS, José L.; FERNANDES, Luciane A. *Fundamentos de teoria avançada da contabilidade*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SQUENA, Rosicleia; PASUCH, Diogo F. *Goodwill: sua definição e relevância para a área contábil*. Disponível em:
<<http://apps.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/647/412>> Acesso em 05 Set. 2011.

STEVEN, Henning; SHAW Wayne H. *Is the Selection of the Amortization Period for Goodwill a Strategic Choice?* *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 2003, p. 315-333. 21 Set. 2011.